

Dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade

Irme Salete Bonamigo
Karin Bruxel
Daiana Cristina Sebenello
Marcia Regina Favaretto
Ana Maria Zanchet
Franciane Bortoli

*Universidade Comunitária Regional de Chapecó
Chapecó, SC, Brasil*

RESUMO

Este artigo discute o controle e a gestão de violências na contemporaneidade a partir das políticas sociais de segurança Programa Tolerância Zero e Polícia Comunitária, emergentes em Chapecó (SC) nesta década, analisando discursos e práticas implicados e efeitos decorrentes. A pesquisa articulou princípios da postura etnográfica com fundamentos da Teoria Ator-Rede. Foram realizadas 80 entrevistas com moradores e pessoas de diversas entidades locais, pesquisa documental, pesquisa hemerográfica e observação participante com registro em diário de campo. Apesar de as políticas sociais se sustentarem em lógicas diferenciadas, constatou-se a predominância de práticas e discursos de punição e repressão, mostrando a presença do Estado Penal, discutido por Loïc Wacquant, mais preocupado com a segurança criminal do que com a segurança social. Evidenciou-se a necessidade de desnaturalização desses dispositivos de controle e de criação de estratégias participativas na definição e acompanhamento das ações de segurança, podendo a psicologia contribuir nesse processo com estudos e intervenções.

Palavras-chave: Violência; segurança pública; políticas sociais; gestão de violências; dispositivos de controle.

ABSTRACT

Control devices and management of violence in the contemporaneity

This article discusses control and management of violence in the contemporaneity, based on the Communitarian Police social policies of security and on the Zero Tolerance Program that emerged during this decade in Chapecó (SC), and it analyses its discourses, practices and subsequent effects. The research articulated principles of ethnographic posture with fundaments of the Actor-Network Theory. Eighty interviews were made with residents and people that belong to diverse local entities, and also documental and hemerographic research and participative observation with the registration of field notes. Although social policies are sustained in differentiated logics, a predominance of practices and discourses of punishment and repression was verified, showing the presence of the Penal State, discussed by Loïc Wacquant, which is more concerned with criminal security than with social security. It was drawn attention to the necessity of the denaturalization of those disposals of control and the creation of participatory strategies in the definition and monitoring of security actions; psychology may contribute with studies and interventions in that process.

Keywords: Violence; public security; social policies; violence management; control devices.

RESUMEN

Dispositivos de control y gestión de violencias en la contemporaneidad

Este artículo discute el control y la gestión de violencias en la contemporaneidad a partir de las políticas sociales de seguridad Programa Tolerancia Cero y Policía Comunitaria, emergentes en Chapecó (SC) en esta década, analizando discursos y prácticas implicados y los efectos decorrentes. La pesquisa articuló principios de la postura etnográfica con fundamentos de la "Teoría Actor-Rede". Fueron realizadas 80 encuestas con habitantes y personas de diversas entidades locales, pesquisa documental, pesquisa hemerográfica y observación participante con registro en diário de campo. Apesar de las políticas sociales tener sustentación en lógicas diferenciadas, se constató la predominancia de prácticas y discursos de punición y represión, mostrando la presencia del Estado Penal, discutido por Loïc Wacquant, sin embargo más preocupado con la seguridad criminal de que propiamente con la seguridad social. Se evidenció la necesidad de desnaturalización de esos dispositivos de control y de creación de estrategias participativas en la definición y acompañamiento de las acciones de seguridad, pudiendo la psicologia contribuir en tal proceso con estudios e intervenciones.

Palabras clave: violencia; seguridad pública; políticas sociales; gestión de violencias; dispositivos de control.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir modos contemporâneos de controle e gestão de violências, analisando a sua composição a partir do referencial da Teoria Ator-Rede, a qual permite abordá-los como efeitos de redes sociotécnicas que associam diferentes elementos heterogêneos (humanos e não humanos) e implicam um processo constante de tradução dos interesses, das noções e dos significados. Analisa ainda o cenário contemporâneo a partir da noção de Estado Penal, proposto por Loïc Wacquant, e as políticas sociais emergentes Programa Tolerância Zero e Polícia Comunitária, com base na noção de dispositivo cunhada por Michel Foucault. Consideramos que o referencial e as noções que fundamentam o estudo contribuem para a produção de conhecimento no campo da psicologia social, permitindo tangenciar a dicotomia indivíduo-sociedade, ao focar na composição ator-rede, e buscar seguir os atores para acompanhar o processo de fabricação de práticas e discursos e identificar seus efeitos.

CENÁRIO DA PESQUISA

O estudo foi realizado na cidade de Chapecó (SC), no período de 2007 a 2009, e constituiu como objeto de estudo o programa de combate à violência Tolerância Zero, a utilização de novas tecnologias de vigilância e controle na gestão das violências e a implantação da Polícia Comunitária. Apesar de Chapecó ser uma cidade de porte médio, com aproximadamente 180 mil habitantes, as preocupações relacionadas às violências fazem parte do seu cotidiano, assim como ações de combate por parte do governo municipal, estadual, federal e da sociedade civil. As preocupações são decorrentes, por um lado, da crescente veiculação e espetacularização de violências pela mídia local e nacional e, por outro lado, da emergência de práticas violentas no município antes relacionadas apenas aos grandes centros urbanos. Nesse sentido, Waiselfisz (2006) identificou um crescimento de homicídios nas cidades do interior. Ao comparar os períodos de 1994 a 1999 e de 1999 a 2004, detectou que no primeiro momento as capitais e regiões metropolitanas foram o eixo do crescimento da violência homicida no país e no segundo momento os homicídios nas capitais e regiões metropolitanas estagnaram, mas no interior continuou crescendo num ritmo maior que no período anterior. Adorno (2005) também constatou o aumento de práticas violentas relacionadas ao narcotráfico nas cidades pequenas e médias. O estudo de Bonamigo e Souza (2005) referente ao período de 1996 a 2002 identificou os acidentes de transporte e os homicídios como o tipo

de violência registrada que mais afeta a população de Chapecó. Os assaltos e roubos não foram contemplados pelo estudo, mas são práticas cotidianamente referidas pelos moradores como geradoras de insegurança.

Bonamigo (2007) analisa o processo de emergência e de fortalecimento da categoria violência em Chapecó e aponta que esta categoria passa a ser utilizada de forma ampla, abrangendo diversas situações, somente a partir do final da década de 90, junto com a constituição e mobilização de coletivos (como, por exemplo, o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, o Núcleo de Estudos sobre Violência - NESVI, o Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência - FECOV e o Fórum Permanente pela Paz), com ações voltadas para o seu estudo, o seu combate, a sua divulgação e ao atendimento de suas vítimas.

Houve também a configuração de novos movimentos por parte dos governos municipal, estadual e federal para o controle e a gestão das violências em Chapecó, dentre os quais destacamos: a implantação da Polícia Comunitária, por parte do governo estadual e federal, a partir de 2001; a criação da Diretoria de Defesa do Cidadão em 2004, a criação do Comitê de Segurança Pública e o lançamento do Programa Tolerância Zero em 2006, a tentativa de instalação de câmeras de monitoramento eletrônico desde 2004, por parte do governo municipal.

Para Chesnais (1981) o discurso que denuncia violências fortalece e sustenta o que exige vigilância e controle, pois a insegurança confere autoridade e legitimidade às políticas sociais de segurança e pode se constituir em estratégia de acesso e manutenção do poder de governar um município, um estado, uma nação. Para o autor, é importante considerar a ambigüidade que caracteriza o discurso da segurança: busca justificar o aumento do controle social, da repressão, apoiando-se sobre o consenso implícito da necessidade fundamental de segurança e camuflando perdas de liberdades conquistadas. Deste modo, a preocupação com as violências, a insegurança expressa nos discursos e os movimentos que buscavam o seu controle configuraram um cenário propício para a investigação do processo de gestão de violências e dos seus efeitos decorrentes.

MÉTODO

Fundamentos teórico-metodológicos

A pesquisa articulou os princípios da postura etnográfica com os fundamentos da Teoria Ator-Rede. A relação de afinidade entre os princípios e fundamentos decorre da necessidade da presença constante e duradoura do pesquisador no campo, seguindo os atores em seu cotidiano para descrever o

modo como eles compõem e estabilizam redes, como eles constroem e explicam o mundo.

O conceito de rede tem sua origem na topologia e pode ser caracterizado como uma totalidade aberta capaz de crescer para todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó. A rede deve ser compreendida como base em uma lógica das conexões e não das superfícies. Desta forma, segundo Kastrup (2004, p. 80), “pouco importam as suas dimensões. Pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação”.

Ator-Rede é a expressão utilizada para descrever as associações heterogêneas, seus mecanismos de consolidação ou transformação, de forma a não reduzir nem a um ator, nem a uma rede, mas à composição de ambos. A ação se distribui em rede, sendo necessário observar: não apenas a ação do ator, mas os efeitos que essa ação produz na rede; não somente o movimento e a circulação na rede, mas as ações que se estabelecem entre os atores heterogêneos. Segundo Latour (2001), ator é o que tem agência, o que produz efeito na rede, podendo ser composto por pessoas, instituições ou mesmo por objetos (não-humanos).

Latour (1996) propõe três propriedades metodológicas no emprego da noção de rede: a) não devemos pensar em termos de proximidade ou de distância, mas em termos de conectabilidade dos elementos; b) não precisamos decidir entre um ponto de vista local ou global, mas analisar a intensidade da conexão; c) não há na rede um dentro e um fora separados por um limite, o limite que se estabelece é se a rede permite ou não uma conexão estável entre os elementos. Deste modo, torna-se possível contornar as dicotomias longe/perto, micro/macro e dentro/fora e evitar hierarquizar posições e vínculos, centrando a pesquisa nas conexões que se estabelecem entre os elementos heterogêneos que compõem as redes tecidas para a gestão de violências em Chapecó.

O estudo foi fundamentado também no princípio do agnosticismo, proposto por Callon (1986), o qual orienta que o pesquisador, diante de uma controvérsia, deve acompanhar os atores nela engajados, considerando todos os argumentos usados pelos protagonistas e buscando não privilegiar nenhum ponto de vista, não censurar qualquer interpretação e não fixar as identidades dos atores, que ainda estão sendo negociadas.

Procedimentos metodológicos

Para seguir os atores das redes que possibilitavam a gestão de violências em Chapecó, elegemos como

estratégias metodológicas: a pesquisa documental, a entrevista e a observação participante registrada em diário de campo, que serão detalhadas a seguir. Foram realizadas 80 entrevistas: 69 individuais, três em grupo e uma por e-mail. As entrevistas abrangeram pessoas vinculadas às seguintes instituições: Sindicato do Comércio Varejista (SICOM), Conselho de Entidades empresariais de Chapecó (CEEC), Clubes de Serviço, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Rede de Atendimento à Infância e Adolescência (RAIA), Polícia Militar, Polícia Civil, Prefeitura Municipal de Chapecó, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Poder Judiciário, membros dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg) Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, moradores das comunidades abrangidas por estes Consegs, e policiais militares que atuam em cada Conseg.

Foi efetuada pesquisa hemerográfica em quatro jornais locais, totalizando 214 reportagens sobre: Programa Tolerância Zero (54), Polícia Comunitária (35), Tecnologias de Vigilância e Controle (49), outras reportagens sobre violência e segurança (69). Ainda foi executada pesquisa documental, por meio da coleta de regulamentos, leis, projetos de leis, plano de segurança para a cidade, estatutos, cartas, certificados, apostilas pedagógicas, fôlderes e atas dos Consegs. A análise dos dados foi baseada nos referenciais teórico-metodológicos já descritos e constou da descrição da ação e discursos de atores vinculados ao Programa Tolerância Zero, à utilização de tecnologias de vigilância e controle de violências e à Polícia Comunitária.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa coloca em evidência duas formas contemporâneas de tentativa de controle e gestão de violências: a primeira, centrada no programa de combate à violência Tolerância Zero, foca a ação na repressão e punição dos delitos, por meio de operações policiais e uso de tecnologias de vigilância e controle da criminalidade; a segunda visa a envolver a comunidade na discussão, análise, definição de prioridades, planejamento e acompanhamento da solução de seus problemas de segurança. Ambas podem ser consideradas dispositivos de segurança, pois são compostas por um conjunto heterogêneo que abrange “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault 1993, p. 224), que visam à produção de segurança. As características que diferenciam e aproximam esses dois dispositivos serão discutidas a seguir.

O Programa Tolerância Zero

Partindo da premissa de que a violência e a criminalidade em Chapecó estavam crescendo, consideravelmente, foi desenvolvido, em novembro de 2006, o Programa Tolerância Zero. A iniciativa do Programa partiu do Comitê Municipal de Segurança Pública, formado pela Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Prefeitura Municipal, Ministério Público, Poder Judiciário, mídia local e empresariado representado pela Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), contando ainda com a participação de outros órgãos, como: Clubes de Serviço, Secretaria do Desenvolvimento Regional, Câmara de Vereadores, Sindicato do Comércio Varejista (SICOM) e Fundação de Ação Social de Chapecó (FASC), que justificaram a ação pela necessidade de “se unir em busca de uma Chapecó mais segura”.

O Programa Tolerância Zero em Chapecó se inspirou no modelo vinculado à gestão de Rodolph Giuliani, em Nova York, cuja proposta se sustentava na idéia de que o controle social estava relacionado à presença constante do Estado na vida da comunidade, sendo enfatizada a repressão a todos os delitos. A nomeação do programa de combate à violência como Tolerância Zero foi um modo de mobilizar a força desse bordão. No entanto, o Entrevistado L, ao comparar Chapecó com Nova York, estabelece algumas diferenças na concepção e operacionalização desse programa:

O Tolerância Zero acabou sendo muito mais uma mensagem de chamado, de impacto, de marketing para chamar a responsabilidade dos empresários e outras pessoas que quisessem contribuir, do que propriamente exigir a responsabilidade do Estado. Então, lá [Nova York] o programa se dá pela ação do Estado, aqui, ao contrário, lançou-se o programa e se buscou através da sociedade dar condições de trabalho para Polícia Civil e Militar. [o Estado] está muito omissivo em relação à responsabilidade dele com a segurança, o fato maior é o número de policiais que está extremamente defasado [...], falta de recursos para a manutenção [...] desde veículo, armamentos, seja condições de trabalho. Então é o contrário, mas o título, eu diria assim, foi com o objetivo mais de marketing, de chamado do que propriamente outra coisa (Entrevistado L).

Segundo Soares (2002, p. 227), a política de segurança Tolerância Zero, em Nova York, é um caso paradoxal, pois se por um lado foi reconhecido êxito na redução de crimes, por outro lado o sucesso foi questionado por uma boa parte da população “revoltada com os episódios de violência policial”. Para o autor, medidas inspiradas neste programa têm sido adotadas

no Brasil para combater o crime em muitas campanhas:

[...] frequentemente fora de contexto e manipuladas para servir aos propósitos oportunistas do candidato – o famoso bordão ‘tolerância zero’ é o principal exemplo –, as interpretações que se consolidam sobre os resultados da política de segurança de Nova York podem vir a se tornar armas eleitorais importantes, para o bem e para o mal (p. 227).

A partir do lançamento do programa, intensificaram-se em Chapecó as operações voltadas para abordar e revistar cidadãos em bares e similares e no trânsito. As operações identificadas através de reportagens na mídia e entrevistas foram: 1) Operação Presença: distribuiu policiais em locais onde as estatísticas apontavam maior número de ocorrências; 2) Operação Pente Fino: foi realizada em bares e similares onde havia maior incidência de ocorrência e em vias públicas, objetivando apreender armas e foragidos da justiça; 3) Operação Pega-pega: teve por objetivo cumprir 65 mandatos de prisão; 4) Operação Caça-níquel: apreendeu máquinas caça-níqueis; 5) Força-tarefa: implicou a ação de diversos órgãos como o Conselho Tutelar, Fundação de Ação Social de Chapecó (FASC), Vigilância Sanitária, Polícia Civil, Polícia Militar, Comissariado da Infância e Juventude e visando a averiguar os alvarás de licença e localização, a venda de bebida alcoólica e a presença de menores em bares; 6) Operação Fecha-cidade: consistiu na formação de barreiras de trânsito na saída da cidade, principalmente no período noturno, com apoio dos Agentes de Trânsito do Município; 7) Operação Saturação: realizada pela Cavalaria em lugares previamente definidos, aumentando em 50% o efetivo policial nestes locais; 8) Operação Registro de Ocorrência: buscou sensibilizar a população para realizar registros de ocorrência de delitos sofridos e denunciar atos ilícitos por meio de telefonemas para a Polícia Civil e Militar; 9) Operação Varredura: aconteceram em alguns pontos da cidade como bares e boates, com o objetivo de refrear a ação de criminosos, coibir o porte ilegal de armas e tráfico de drogas, além de deter foragidos da justiça.

Além disso, com o lema “Em Chapecó bandido não se cria”, a campanha de lançamento do Programa Tolerância Zero distribuiu outdoors pela cidade, principalmente nas vias de acesso ao município e veiculou mensagens relativas ao programa em postes com relógios digitais no centro de Chapecó. O lema destacado ressalta que uma das frentes da campanha foi mostrar aos “bandidos” que havia uma forte ação policial na cidade, com o intuito de inibir a prática de delitos. Constatou-se, ainda, a presença efetiva da mídia escrita e da mídia eletrônica, que divulgaram práticas

violentas e as operações policiais realizadas, além de estimular a participação da população no Programa através de denúncias.

Conforme mencionado anteriormente pelo Entrevistado L, um dos principais objetivos da criação do Programa Tolerância Zero em Chapecó foi mobilizar as pessoas e entidades empresariais de modo a obter fundos para reequipamento, aquisição de material permanente, materiais de consumo e demais despesas correntes e de capital, bem como para a conservação das instalações da sede em Chapecó, já que a Polícia estava sem condições adequadas para a realização de seu trabalho. Para tal, foi utilizado o Fundo de Melhoria da Polícia Civil e da Polícia Militar (Fummpopoc), já existente, como dispositivo de arrecadação dos recursos.

Outra forma de arrecadação financeira que a Prefeitura Municipal buscou instituir foi o Fundo de Incentivo à Segurança Pública (FUNSEG) com o objetivo de remunerar policiais por armas apreendidas e prisão de foragidos da justiça. No entanto, este projeto foi arquivado devido às divergências quanto à sua concepção pelos órgãos participantes do Tolerância Zero e pela intensa reação por parte da população, que questionou sobre a legalidade e a ética de se instituir uma remuneração extra aos policiais pela inibição dos dois crimes citados. Para o Entrevistado AD, esta ação teria consequências negativas: “iria depreciar a atividade policial, iria corromper policiais, o comando iria perder o controle sobre a tropa [...] cada vez menos policiais civis e militares iriam chamar outro pra fazer a atuação conjunta na entrada de uma casa pra uma busca e apreensão” para não dividir o prêmio pela apreensão, o que poderia expor o policial ao risco de ser morto na atividade.

Pode-se analisar que nem todos os órgãos, listados anteriormente como participantes do Tolerância Zero, constituíram-se como atores da rede tecida pelo programa, pois as ações que se evidenciaram foram da Polícia Militar, da Polícia Civil, da mídia local e da Prefeitura Municipal. A participação restrita a estes atores teve como efeito uma ação repressora, com intensa divulgação pela mídia das múltiplas operações.

No entanto, segundo o Entrevistado A, a idéia inicial era envolver também a participação dos programas sociais, mas alguns órgãos não se comprometeram e não fizeram a sua parte. O que aconteceu? A partir das entrevistas realizadas, percebeu-se que a mobilização dos diferentes atores se restringiu ao período de lançamento do Tolerância Zero, alguns participaram apenas do encontro inicial. O Comitê de Segurança Pública que poderia ter dado sustentação a esse processo foi constituído voltado para o lançamento do programa, mas não foi formalizado e não teve encontros

regulares para discussões relacionadas às questões de segurança.

O Entrevistado J, por exemplo, referiu que o órgão que representa foi convidado apenas para duas reuniões na prefeitura e foi incumbido junto com duas outras entidades de avaliar a situação das cadeias públicas, informações estas que todos já sabiam há muito tempo. Citou a educação como a principal medida necessária: escola em tempo integral para crianças e adolescentes e atividades de lazer na comunidade. Relatou, ainda, que apesar destas ideias serem acolhidas pelo grupo, a execução ficou a cargo de entidades públicas, que priorizaram a repressão e não a prevenção. Outros entrevistados também apontaram limitações na execução do Tolerância Zero: que o seu viés foi voltado somente à punição, deixando a desejar no que diz respeito à prevenção de atos violentos; que é emergencial, sem preocupação com as questões sociais que levam ao ato infracional; que falta lugar para manter os presos no sistema penitenciário.

Pode-se perceber a existência de diferentes interesses por parte dos participantes envolvidos no Tolerância Zero e que, para a constituição da rede, seria necessário haver a tradução destes para interesses em comum. Para Latour (2000), traduzir interesses “significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar pessoas para direções diferentes” (p. 194). Ou seja, para envolver os atores na construção de uma rede é necessário que os diversos interesses deles sejam traduzidos por meio da produção de novas interpretações, que os desloquem para novas direções, e que essas direções sejam comuns. No caso analisado, os interesses dos diferentes atores foram traduzidos para a composição da rede que sustenta o Tolerância Zero apenas no momento do seu lançamento, a partir da idéia de que era necessário fazer algo para enfrentar a violência em Chapecó, mas nos momentos seguintes não houve mobilização suficiente para o envolvimento dos atores, e a divergência de interesses impediu o estabelecimento de alianças e ações para o funcionamento da rede.

No entanto, pode-se analisar que a predominância das práticas repressoras e punitivas na execução do programa não foi por acaso, ao contrário, estão em consonância com interesses preponderantes na nossa sociedade contemporânea, denominada por Wacquant (2003) de sociedade penal, com a presença de um Estado Penal muito mais preocupado em reprimir o crime do que em manter políticas públicas voltadas para a manutenção do bem-estar social. Nesta lógica, há uma redução do Estado de Bem-Estar Social, acompanhada pelo crescimento do Estado Penal e policial, com a instauração de novos mecanismos de controle social, destacando-se o papel do Poder Judiciário.

Wacquant (2003) detecta na contemporaneidade a emergência “de políticas de segurança ativas e punitivas, centradas na delinquência de rua e nas categorias situadas nas fissuras e nas margens da nova ordem econômica e moral, que se estabelecem sob o império conjunto do capital financeiro e do assalariamento flexível” (p. 25). A tese do autor é de que “não foi tanto a criminalidade que mudou no momento atual, mas sim, o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da via pública, isto é, em última instância para as populações despossuídas e desonradas [...] que são seus supostos executores” (p. 28). O discurso corrente é de que a única e natural forma de enfrentamento das violências é a gestão policial e carcerária, sem olhar para a supressão dos ideais de liberdade e igualdade com que está implicada.

O autor ainda destaca o discurso da insegurança difundido pelas mídias comerciais, o qual pode ser associado tanto a ocorrências de práticas violentas como à precarização do trabalho e o emprego inseguro. Os empregos passam por novas configurações, com a “passagem para os serviços e a polarização das ocupações, flexibilização e intensificação do trabalho, individualização dos contratos de emprego, descontinuidade e dispersão dos trajetos profissionais” (Wacquant, 2003, p. 30). Além disso, os esquemas de proteção social impõem o “assalariamento dessocializado” como contingência normal do trabalho ao novo proletariado, difundindo a competitividade e o individualismo decorrentes da ideia de que o mercado seleciona os mais “aptos”, enquanto reforça “a extensão do aparelho punitivo reassentado nos bairros deserdados dos centros e das periferias das cidades, onde se concentram as desordens e a desesperança engendradas pelo duplo movimento de retirada do Estado da frente econômica e social” (p. 31). Os fatores analisados contribuem para fortalecer o sentimento de insegurança, podendo nesse caso o direito à segurança ser relacionado ao direito ao emprego. No entanto, as demandas por segurança social são respondidas predominantemente com segurança criminal.

É nesta mesma lógica que emergem as tecnologias de vigilância e controle da criminalidade, utilizadas para facilitar a ação policial, por meio de equipamentos de última geração, como as câmeras de monitoramento eletrônico, cuja instalação, em Chapecó, foi planejada e articulada pelo governo municipal desde 2004, mas que somente se tornará possível neste ano de 2009, com recursos do governo estadual. As tecnologias também podem ser analisadas como dispositivos de segurança, que possibilitam maior eficácia no controle e vigilância da criminalidade em espaços onde podem circular “suspeitos”. No entanto, também podem gerar

privação de liberdade, invadir direitos individuais e criar constrangimentos.

A Polícia Comunitária

Os preceitos da Polícia Comunitária sustentam que a comunidade deve estar presente, junto com a polícia, na produção da segurança e que a polícia deve criar maneiras apropriadas de associar a comunidade ao policiamento e à obtenção de segurança. O policiamento comunitário acontece por meio da criação e funcionamento de Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs), compostos por membros das Polícias Civil e Militar e integrantes da comunidade. Em Chapecó (SC), o processo de implantação da Polícia Comunitária iniciou em 2001 e foi uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina, seguindo uma orientação do Plano Nacional de Segurança Pública. A cidade foi dividida, pela Polícia Militar, em cinco grandes regiões, e foram criados Consegs em cada uma delas.

Apesar das particularidades que caracterizam cada Conseg, alguns atravessamentos são comuns e merecem ser discutidos. Primeiramente pode-se observar a dificuldade de se colocar em prática a filosofia que sustenta a Polícia Comunitária, que é a participação da comunidade. Skolnick e Bayley (2002) consideram que a expressão Polícia Comunitária somente deve ser utilizada quando houver um nível de participação do público na obtenção da segurança. Em Chapecó, as primeiras definições relativas à Polícia Comunitária foram definidas pela Polícia Militar. O Entrevistado TB relata que a ideia inicial era abranger a cidade como um todo a partir da formação de um grupo de estudos de adoção da filosofia de Polícia Comunitária para o município, constituído pela polícia e pela comunidade, que estudaria os locais para a mobilização e construção de outras bases. No entanto, não foi isso que aconteceu; a Polícia Militar “fez um projeto sozinha. Alguém do batalhão disse ‘não, nós vamos fazer o seguinte, vão ser cinco setores, um setor norte, um sul, um leste, um oeste, um centro e cada setor desse vai ter uma base’, que é o que nós temos hoje.” TB avalia que, com esse projeto, houve a descentralização e a aproximação com a comunidade e que alguns princípios da filosofia foram atendidos, mas que: “o principal princípio, na minha ótica, ele foi deixado de lado, que era a participação da comunidade na elaboração do projeto [...] A comunidade não vai se envolver nem se comprometer com um projeto que ela não participou da elaboração”.

Ainda com relação à participação da comunidade, nos diversos Consegs constatou-se o seu decréscimo ao longo dos anos. Essa diminuição pode ser associada a alguns modos de funcionamento observados: a) os membros dos Consegs realizam poucos encontros com

o restante da população da região para discutir sobre as questões de segurança locais, resultando em um afastamento entre as ações do Conseg e as demandas da comunidade abrangida por ele; b) há certa oposição e o descrédito com referência à filosofia e objetivos da Polícia Comunitária por parte de integrantes da Polícia Militar vinculados aos Consegs; c) há negligência por parte do Estado, que não propicia as mínimas condições de trabalho e de infraestrutura para o funcionamento de um policiamento comunitário; d) alguns membros se utilizam do espaço do Conseg para política partidária, ficando o mesmo associado a um determinado partido político.

Foram constatadas também algumas diferenças entre os cinco Consegs quanto ao foco de atuação. Dois Consegs se preocupam com ações educativas, culturais e de lazer voltadas às crianças e adolescentes, que consideram preventivas de práticas violentas, como construção de quadra de areia, escolinhas de handebol, caratê, artes e futebol, aulas de reforço em matemática e português. Nos outros três Consegs predominam práticas tradicionais do policiamento ostensivo, através da repressão dos delitos. Pode-se destacar também que, no momento da pesquisa (junho de 2008), estava sendo elaborado pelo Conseg Centro um Plano de Segurança para o município, visando ao planejamento de ações para aumento da segurança pública na cidade.

De uma forma geral, pode-se analisar que a Polícia Comunitária de Chapecó é uma rede que está sendo tecida, com conceitos e procedimentos ainda em processo de tradução, envolvendo muitas disputas e contradições. A implantação da Polícia Comunitária e a organização dos Conselhos Comunitários de Segurança poderiam se constituir como mecanismos “que permitem uma maior transparência à ação policial tornado-a mais democrática” (Neves, 2007, p. 115). No entanto, os mecanismos previstos não estão sendo efetivados, tendo por consequência a predominância das mesmas práticas da polícia tradicional, apesar da nova roupagem. Estas contradições precisam ser explicitadas e discutidas tanto por parte dos moradores e participantes das diversas regiões envolvidas como pelas polícias, para que possam ser colocados em análise os mecanismos que impedem o processo de participação e viabilização da Polícia Comunitária, de modo que novos dispositivos sejam criados, novas práticas sejam instituídas, para que a população possa opinar e decidir sobre seus problemas de segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento dos atores que sustentam e fazem funcionar o Programa Tolerância Zero e a Polícia

Comunitária tornaram visíveis discursos e práticas que se associam na composição das redes tecidas por estas políticas sociais de segurança. A insegurança gerada pelas práticas violentas é intensificada quando estas se tornam espetáculo na mídia e é reforçada pelo discurso da segurança que a utiliza para justificar o aumento do controle social, a partir de práticas policiais punitivas e repressoras. Apesar do discurso de atores que reconhece e valoriza práticas preventivas de segurança social, a maioria das medidas executadas reduz-se à segurança criminal. O discurso de insegurança/segurança, por parte de atores que compõem o Estado, através do governo municipal e estadual, busca mobilizar recursos para manter e ampliar as atividades das polícias, a partir da cobrança de taxas voluntárias dos empresários, sensibilizando-os. Por outro lado, os empresários também nutrem esse discurso, reivindicando e buscando mobilizar o investimento do Estado na proteção do seu patrimônio.

Em uma avaliação rápida, o Programa Tolerância Zero e a Polícia Comunitária evidenciam lógicas diferenciadas: o Tolerância Zero combate a criminalidade a partir de ações de repressão e punição, e a Polícia Comunitária por meio da participação da comunidade na definição de prioridades e ações de segurança com base em suas necessidades. No entanto, atualmente, apesar de sustentar-se na filosofia de participação da população e da prevenção, também na Polícia Comunitária predomina a lógica da punição e repressão, demandadas por parte da população e colocadas em ação através do policiamento ostensivo tradicional. Nos dois casos, a lógica presente é a do Estado Penal (Wacquant, 2003), mais voltado para reprimir o crime do que para a manutenção do bem-estar social, constituindo uma gestão policial e carcerária voltada principalmente para a população pobre, sobre a qual recaem as principais suspeições dos delitos praticados.

Estas constatações possibilitam colocar em análise esses dois dispositivos de gestão e controle de violências e questionar seus efeitos: será que não aprendemos a demandar segurança criminal no lugar de segurança social? Que tipo de proteção recebemos quando abrimos mão de direitos e liberdade? Até que ponto é possível antecipar e evitar a imprevisibilidade presente nas práticas violentas? Colocam ainda em evidência a necessidade de criarmos novos dispositivos que nos possibilitem participar, a partir de nossas necessidades locais, na análise e proposições relacionadas às questões de segurança, levando em consideração a multidimensionalidade, a diversidade e a multiplicidade que as caracterizam. Compreende-se que a psicologia não pode se abster desse desafio, podendo contribuir através de estudos e intervenções a partir de seus

diversos referenciais teórico-metodológicos, em especial o da psicologia social comunitária.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (2005). Le monopole étatique de la violence: le Brésil face à l'héritage occidental. In Peralva, A. et al. *Dialogues franco-brésiliens sur la violence et la démocratie*. Paris: L'Harmattan.
- Bonamigo, I., & Souza, E. (2005). Práticas violentas na cidade de Chapecó (SC): uma análise de estatísticas oficiais referentes à "mortalidade por causas externas". *Revista Grifos, 18*, Chapecó: Argos Editora Universitária.
- Bonamigo, I. (2007). *Violências na contemporaneidade: etnografia de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC), 2007* [tese de Doutorado em Psicologia Social], Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of scallops and fishermen of St. Brieuc Bay. In J. Law (ed.). *A new sociology of knowledge?* Routledge & Kegan Paul.
- Chesnais, J. (1981). *Histoire de la violence: en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont.
- Foucault, M. (1993). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Latour, B. (1996). On actor-network theory: a few clarifications. In *Soziales, Welt 47*, n. 4367.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC.
- Kastrup, V. (2004). A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In Parente, A. (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina.
- Neves, P. (2007). Polícia Comunitária e participação social na segurança pública de Sergipe. *Revista da Fapese, 3*, 1, 187-128.
- Skolnick, J., Bayley, D. (2002). *Policiamento Comunitário*. São Paulo: Edusp.
- Soares, L. (2002). O enigma de Nova York. In Oliveira, N. V. (org.). *Insegurança Pública*. São Paulo: Nova Alexandria.
- Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan.
- Waiselfisz, J. (2006). *Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Recebido em: 22/09/2009. Aceito em: 01/12/2009.

Autoras:

- Irme Salete Bonamigo – Psicóloga, Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da UnoChapecó. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Coordenadora da pesquisa "A gestão de violências na cidade de Chapecó (SC)".
- Karin Bruxel – Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da UnoChapecó. Pesquisadora da pesquisa "A gestão de violências na cidade de Chapecó (SC)".
- Daiana Cristina Sebenello – Psicóloga (UnoChapecó). Bolsista da pesquisa.
- Marcia Regina Favaretto – Psicóloga (UnoChapecó). Bolsista da pesquisa.
- Ana Maria Zanchet – Psicóloga (UnoChapecó). Bolsista da pesquisa.
- Franciane Bortoli – Psicóloga (UnoChapecó). Bolsista da pesquisa.

Enviar correspondência para:

Av. Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Caixa Postal 1141
CEP 89809-000, Chapecó, SC, Brasil
E-mail: bonamigo@unochapeco.edu.br